

# AS CRIANÇAS E OS ADOLESCENTES ATENDIDOS PELA ASSOCIAÇÃO BARBACENENSE DE ASSISTÊNCIA AOS EXCEPCIONAIS ENTRE 1962 E 1971

Rodolfo Luís Leite Batista<sup>1</sup>; <https://orcid.org/0000-0002-3301-2441>

Eduardo Henrique Marques de Oliveira<sup>2</sup>; <https://orcid.org/0000-0001-9600-9664>

Gabriela Viveiros Dornelas<sup>3</sup>; <https://orcid.org/0000-0002-1188-7802>

Isabela Corine Celestino Nogueira<sup>4</sup>; <https://orcid.org/0000-0002-3008-5178>

## Resumo

Este artigo objetiva descrever o público assistido pela Associação Barbacenense de Assistência aos Excepcionais (Abae) entre 1962 e 1971. A Abae (atual Apae de Barbacena) foi uma entidade instituída por pais e mães para prestar gratuitamente proteção, assistência e educação às ditas pessoas excepcionais, em maio de 1962. Ela contribuiu para o estabelecimento da educação especial em contexto local ao possibilitar a criação do Instituto da Criança Excepcional Maria do Rosário e da Escola Primária junto ao Centro de Recuperação Neurológica da Abae. Após sua abertura, a associação tornou-se espaço de práticas profissionais relativas à avaliação, classificação e ajustamento do público ali atendido. Realizou-se uma pesquisa documental com 142 prontuários psicológicos disponíveis no arquivo permanente da Apae de Barbacena. Para tanto, a pesquisa procedeu às seguintes etapas: (1) coleta e organização de prontuários; (2) leitura e tabulação das informações; (3) sistematização de categorias de análise e (4) revisão de literatura. A análise descreve informações sociodemográficas (ano de nascimento, idade cronológica, cidades de nascimento e residência, instituições de ensino) e percurso do caso atendido pela Abae (origem do encaminhamento e motivo da consulta). Conclui-se que a entidade assistia principalmente crianças do sexo masculino, entre 10 e 11 anos, nascidas e residentes em Barbacena. Esses meninos estudavam em escolas estaduais e eram encaminhados por deficiências ou problemas escolares. Espera-se que esta pesquisa contribua com a produção historiográfica acerca da psicologia brasileira em sua relação com a educação.

**Palavras-chave:** História da Psicologia; Psicologia; Educação; Excepcional; Ajustamento.

## *The children and adolescents attended by the Associação Barbacenense de Assistência aos Excepcionais between 1962 and 1971*

## Abstract

This paper aims to describe the public attended by the Associação Barbacenense de Assistência aos Excepcionais (Abae, in Portuguese) between 1962 and 1971. The Abae (now Barbacena's Apae) is an entity founded by fathers and mothers to provide free protections, assistance, and education to the exceptional people, in May 1962. It contributed to the establishment of special education in the local context by enabling the creation of the Instituto da Criança Excepcional Maria do Rosário and the Escola Primária junto ao Centro de Recuperação Neurológica da Abae. After its opening, the association became a space for professional practices related to the evaluation, classification, and adjustment of the public assisted there. Documentary research was carried out with 142 psychological records available in the permanent archive of the Apae. To this end, the research proceeded through the following steps: (1) collecting and organizing medical records; (2) reading and tabulating information; (3) the systematization of analysis categories; and (4) the literature review. The analysis describes sociodemographic information (year of birth, chronological age, cities of birth and residence, educational institutions) and the path of the case handled by the Abae (origin of referral and reason for

1 Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF – Minas Gerais – MG – Brasil; [rodolfo@ufjf.br](mailto:rodolfo@ufjf.br)

2 Centro Universitário Presidente Antônio Carlos – UNIPAC – Minas Gerais – MG – Brasil; [du-edu05@hotmail.com](mailto:du-edu05@hotmail.com)

3 Centro Universitário Presidente Antônio Carlos – UNIPAC – Minas Gerais – MG – Brasil; [gabriela.dornelas01@hotmail.com](mailto:gabriela.dornelas01@hotmail.com)

4 Centro Universitário Presidente Antônio Carlos – UNIPAC – Minas Gerais – MG – Brasil; [isa.nog00@icloud.com](mailto:isa.nog00@icloud.com)

consultation). It is concluded that the entity mainly assisted male children, between 10 and 11 years old, born and living in Barbacena. These boys studied in the state schools and were referred due to disabilities or school problems. It is hoped that this research will contribute to the historiographical production about Brazilian Psychology and its relationship with education.

**Keywords:** History of Psychology; Psychology; Education; Exceptional; Adjustment.

## *Los niños y los adolescentes atendidos por la Associação Barbacense de Assistência aos Excepcionais entre 1972 y 1971*

### **Resumen**

Este artículo tiene como objetivo describir el público asistido por la Associação Barbacense de Assistência aos Excepcionais (Abae) entre 1962 e 1971. A Abae (actualmente Apae de Barbacena) es una entidad constituida por padres y madres para garantizar protección, asistencia y educación gratuitas a las personas llamadas excepcionales, fundada en mayo de 1962. Contribuyó a la implantación de la educación especial en el contexto local, permitiendo la creación del Instituto da Criança Excepcional Maria do Rosário y de la Escuela Primaria junto al Centro de Recuperación Neurológica de Abae. Luego de su apertura, la asociación se convirtió en un espacio para prácticas profesionales relacionadas con la evaluación, clasificación y ajustamiento del público allí atendido. La investigación documental se realizó con 142 registros psicológicos disponibles en el archivo permanente de Apae de Barbacena. Para ello, la investigación siguió las etapas: (1) recopilación y organización de registros médicos; (2) leer y tabular informaciones; (3) la sistematización de categorías de análisis; y (4) la revisión de la literatura. El análisis describe información sociodemográfica (año de nacimiento, edad cronológica, ciudades de nacimiento y residencia, instituciones educativas) y la trayectoria del caso atendido por Abae (origen de derivación y motivo de consulta). Se concluye que la entidad atendió principalmente a niños varones, entre 10 y 11 años, nacidos y residentes en Barbacena. Estos niños estudiaron en escuelas públicas y fueron derivados por su discapacidad o problemas escolares. Se espera que esta investigación contribuya a la producción historiográfica sobre la psicología brasileña en su relación con la educación.

**Palabras clave:** Historia de la Psicología; Psicología; Educación; Excepcional; Ajustamiento.

### **Introdução**

Este artigo apresenta uma pesquisa documental acerca da Associação Barbacense de Assistência aos Excepcionais (Abae) entre 1962 e 1971. A Abae foi a primeira entidade de caráter assistencial e educativo dedicada exclusivamente a pessoas com deficiência e outras alterações no desenvolvimento criada em Barbacena, cidade mineira historicamente estigmatizada pela presença de diversos hospitais psiquiátricos e manicômios (Passos, 2009; Savassi, 1991). Além de delimitar a primeira década de funcionamento dessa instituição, o recorte temporal analisado compreende o período entre a regulamentação profissional da psicologia no Brasil dada pela Lei nº 4.119/1962 e a promulgação da Lei nº 5.692/1971, que estabeleceu tratamento educacional a pessoas ditas excepcionais<sup>5</sup>.

5 Por se tratar de uma pesquisa documental e para evitar o anacronismo de tratar como equivalentes o conceito “excepcional” e as nomenclaturas presentes na atualidade, opta-se pelo uso das terminologias presentes nos documentos analisados. No entanto, é necessário afirmar que, ao longo do tempo, as nomenclaturas pelas

Para caracterizar a instituição, esta investigação objetiva descrever informações sociodemográficas do público assistido (cidade e ano de nascimento, sexo, idade cronológica, local de residência e instituições de ensino), os motivos de consulta e as origens do encaminhamento, que estão anotados em prontuários psicológicos acumulados no arquivo permanente da atual Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) de Barbacena.

Ao lado da saúde e do trabalho, a assistência e a educação da infância exerceram papel indispensável

quais as pessoas com deficiência são tratadas têm se modificado e documentam as distintas concepções de assistência e educação a elas ofertadas. O Estatuto da Pessoa com Deficiência atualmente caracteriza uma pessoa com deficiência como “(...) aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (Lei nº 13.146, 2015). No recorte temporal investigado, o termo “excepcional” foi proposto e incentivado pela educadora russo-brasileira Helena Antipoff para caracterizar as pessoas cujo desenvolvimento era avaliado como abaixo ou acima da média da população – também chamados de infradotados e superdotados, respectivamente (Domingues, 2011).

para a consolidação profissional da psicologia no país em meados do século passado (Degani-Carneiro & Jacó-Vilela, 2012). A psicologia relativa a questões educacionais e escolares então se caracterizava pela significativa produção bibliográfica acerca do desenvolvimento de funções psicológicas, tais como a inteligência, o pensamento e a aprendizagem, que fazia circular teorias estrangeiras – particularmente, europeias e norte-americanas – em contexto brasileiro (Antunes, 2003, 2006). De igual maneira, destacava-se a aplicação de testes psicológicos para a identificação de patologias, classificação e tipificação do desenvolvimento de estudantes (Barbosa, 2012). Essa técnica era considerada como “(...) o instrumento ideal para separar os normais dos anormais” (Degani-Carneiro & Jacó-Vilela, 2012, p. 161). Desse modo, a “(...) produção de laudos de crianças em idade escolar para encaminhamento às chamadas escolas especiais e depois às classes especiais” consolidava a pessoa excepcional como destacado objeto de estudo e intervenção científico-profissional (Barbosa, 2012, p. 117).

Essas práticas aprofundaram a concepção de que a psicologia se prestava como fundamento para a atuação pedagógica e deveria prover subsídios científicos para o “(...) ajustamento, disciplinarização e normatização, pois o enfoque inicial era a identificação e o tratamento das supostas crianças desviantes (Barbosa, 2012, p. 116). Desse modo, a prática psicológica acontecia em perspectiva clínica, ocupando-se principalmente da orientação de pais e professoras e da intervenção individualizante com foco em estudantes-problema e, se possível, fora da sala de aula (Antunes, 2003).

Ao analisar uma instituição de caráter educativo-assistencial, cuja inspiração eram as primeiras Apaes existentes no país, espera-se que esta investigação aprofunde a discussão acerca do papel da psicologia no campo educacional em meados do século passado. Além disso, pretende-se ampliar a ainda incipiente literatura sobre a Associação Barbacenense de Assistência aos Excepcionais (Drumond, 2015; Oliveira, Dornelas, Nogueira & Batista, 2024) mediante a descrição do público assistido e da relação estabelecida com a rede de educação especial existente na cidade mineira.

## **A assistência a pessoas excepcionais em Barbacena nas décadas de 1960 e 1970**

A cidade mineira de Barbacena é costumeiramente associada aos manicômios e hospitais

psiquiátricos que ali funcionaram desde o começo do século XX. A presença desse complexo manicomial consolidou sua representação de “cidade dos loucos”, ainda que pessoas com deficiência e indivíduos que não se adequavam aos valores morais hegemônicos do período também pudessem ser encontradas entre os pacientes de tais estabelecimentos de saúde (Duarte, 2009, p. 157). De igual modo, aconteciam as interações de crianças e adolescentes (Pereira, Duarte & Santos, 2022). O histórico manicomial barbacenense tem sido investigado em pesquisas acadêmicas (por exemplo: Alvarenga, 2007; Kyrillos Neto & Dunker, 2017), e tomado como objeto de denúncias publicadas pela literatura jornalística (Arbex, 2013; Firmino, 2014).

Em meados do século passado, a assistência pública a pessoas então tratadas como excepcionais acontecia em hospitais psiquiátricos<sup>6</sup> e em classes anexas ao Grupo Escolar Padre Sinfrônio de Castro. Na época, a Lei Federal nº 4.024/1961 previa a integração dessas pessoas no sistema geral de educação e autorizava que os poderes públicos subsidiassem entidades de iniciativa privada dedicadas a essa clientela (Lei nº 4.024, 1961). Em Minas Gerais, a Lei nº 2.610/1962 introduziu a categoria “ensino emendativo”, a ser ministrado em classes anexas a grupos escolares ou em estabelecimentos especiais destinados a “(...) débeis, quer constitucionalmente, quer por enfermidade, quer por insuficiência de nutrição, bem como cegos, surdos-mudos e retardados” (Lei nº 2.610, 1962, p. 1). Para promover o ajustamento social, essa modalidade de ensino deveria se empenhar em “(...) educar e recuperar os débeis orgânicos e os retardados pedagógicos”, privilegiando-se aspectos da saúde do estudante em detrimento de seu desempenho escolar (p. 1). Ademais, uma instrução emanada pela Secretaria de Educação estipulava que a organização das escolas públicas estaduais deveria se basear na classificação de estudantes a partir de testes psicopedagógicos (Machado, 1985). Com efeito, em um ambiente marcado pelos saberes médico-psicológicos, reconhecia-se a precariedade da assistência e da educação barbacenenses.

Em razão da insuficiência dos serviços prestados na cidade, um grupo de mães e pais, liderados por Léa Paulucci Cascapera, Ítalo Sogno e Túlio Octávio de

6 Desde o final da década de 1940, o atendimento psiquiátrico para crianças em Minas Gerais passava por mudanças relativas à organização das instituições e aos referenciais teórico-metodológicos empregados (Assumpção Júnior, 1995).

Araújo Lima, se reuniu em busca de apoio da sociedade civil e de políticos locais para a criação de uma instituição para o atendimento de seus filhos com síndrome de Down. Esse movimento social se inspirou na criação da primeira Apae – instalada no Rio de Janeiro, em 1954 –, e tendo sido incentivado pela educadora Helena Antipoff e pelo médico Raymundo Veras, culminou na fundação da Associação Barbacense de Assistência aos Excepcionais, em 31 de maio de 1962. Na ocasião, Ítalo Sogno e Léa Paulucci Cascapera assumiram respectivamente a presidência e a vice-presidência da associação.

Para oferecer gratuitamente assistência e escolarização e práticas de ajustamento a pessoas excepcionais e estudantes encaminhados com problemas de aprendizagem pelas escolas da cidade e região, a Abae foi instituída como uma sociedade civil de caráter público, planejada como um serviço de reabilitação neurológica e uma “escolinha para excepcionais” (Servo, 1964, p. 86). Essa escola era inicialmente assessorada pelo Instituto de Psicologia e Pedagogia da Faculdade Dom Bosco de Filosofia, Ciências e Letras de São João del-Rei (Servo, 1964). Dessa maneira, pedagogas e orientadoras educacionais capacitadas para a aplicação e a correção de testes mentais e o acompanhamento de pessoas excepcionais se ocupavam tanto da avaliação psicológica do público atendido quanto da orientação de pais e professores (Batista, 2022). Dentre essas profissionais, estavam a orientadora educacional Balduína Senra Delgado<sup>7</sup> e a psicóloga Maria Lygia Rodrigues Leão<sup>8</sup>, que conduziam as atividades do Serviço de Orientação Psicopedagógica da Abae (Batista, Nogueira & Lima., 2023).

Vale recordar que as atividades da Abae tiveram início no mesmo ano em que a profissão de psicólogo

foi regulamentada pela Lei nº 4.119/1962. Dentre as práticas privativas desse profissional, a normativa listava a utilização de métodos e técnicas psicológicos para orientação psicopedagógica e solução de problemas de ajustamento – temáticas pertinentes ao ensino emendativo (Lei nº 4.119, 1962). De certo modo, a Lei nº 4.119/1962 arrefeceu as disputas pelo reconhecimento profissional das atividades de orientadores educacionais<sup>9</sup>, que então competiam com os praticantes da psicologia (Giacaglia & Penteado, 2015). Em uma publicação da época, encontra-se que caberia ao psicólogo exercer apoio técnico em serviços de orientação, ocupando-se de aplicação e correção de testes, produção de diagnósticos e atendimentos clínicos esporádicos (Scheffer, 1961). Esse contexto acadêmico-institucional justifica os possíveis motivos pelos quais o setor destinado à avaliação e ao acompanhamento das pessoas assistidas pela associação barbacense tenha sido nomeado como Serviço de Orientação Psicopedagógica, uma vez que ele foi projetado para:

(...) prestar assistência aos educandos e orientação aos pais e professores dos estabelecimentos de ensino mantidos pela Abae. [...] aplicação de testes especializados para fins de diagnóstico e avaliação; orientação de casos juntamente com escola e família; acompanhamento de casos para fins de pesquisa científica. (Drumond, 2015, pp. 106-107)

Os primeiros anos de funcionamento da Abae foram dedicados ao fortalecimento de relações político-institucionais e a organização dos serviços ali prestados. Em 13 de julho de 1963, seus representantes participaram da Assembleia Geral da Federação Nacional das Apaes (Fenapaes), no Rio de Janeiro, quando ocorreu a aprovação do estatuto e a eleição dos primeiros dirigentes desse órgão nacional (Jannuzzi & Caiado, 2013). A presença da associação nesse evento exemplifica seu interesse de se aproximar do movimento apaeano e o empenho em partilhar experiências com instituições similares. A formalização de sua filiação à Fenapaes se concretizou apenas em 1966. Dentre as ações empreendidas pela associação durante esse período, também se destacam: a sistematização de setores de atendimento e a construção de sede própria; o reconhecimento como entidade de utilidade

7 Balduína Senra Delgado nasceu em Lima Duarte em 1922. Depois de concluir o Curso Normal no Colégio Santa Catarina de Juiz de Fora (1939-1941), trabalhou como professora primária em grupos escolares de sua cidade natal. Em 1962, foi cedida pela Secretaria de Educação de Minas Gerais para compor a equipe do Instituto de Psicologia e Pedagogia. Na Faculdade Dom Bosco de Filosofia, Ciências e Letras, graduou-se em Pedagogia (1963) e se especializou em Orientação Educacional (1962-1963), momento em que se dedicou a estudos psicopedagógicos sobre problemas de desajustamento. A partir da década de 1960, atuou junto ao Serviço de Orientação Psicopedagógica da Abae.

8 Maria Lygia Rodrigues Leão nasceu em Juiz de Fora em 1930. Graduou-se em Pedagogia pela Faculdade Dom Bosco de Filosofia, Ciências e Letras (1957-1959), onde também se especializou em Orientação Educacional (1959). Nessa instituição, lecionou Psicologia Infantil e Psicologia do Excepcional. Em conformidade com a Lei nº 4.119/1962, obteve o registro de psicóloga em 1965.

9 Em 1968, foi promulgada a Lei nº 5.567, que provê o exercício da profissão de orientador educacional.

pública – municipal, estadual e federal; o registro e a assinatura de convênios com instâncias estaduais (por exemplo, a Secretaria de Educação de Minas Gerais) e federais (tais como Ministério da Educação e Cultura e Ministério da Saúde); os cursos de formação de equipe financiados pela Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais (Cademe) e outros órgãos educacionais; e as edições anuais da Semana Nacional da Criança Excepcional.

Durante sua primeira década de funcionamento, a história da Abae se confundiu com a institucionalização da Educação Especial em Barbacena. Isso deveu-se à criação de dois estabelecimentos escolares, a saber: o Instituto da Criança Excepcional Maria do Rosário e a Escola Primária junto ao Centro de Recuperação Neurológica da Abae.

A primeira escola especial da cidade, o Instituto Maria do Rosário, foi criada a partir da transformação de classes de ensino emendativo anexas ao Grupo Escolar Padre Sinfrônio de Castro em uma unidade escolar autônoma pelo Decreto estadual nº 8.751, de 27 de setembro de 1965. O recém-criado estabelecimento de ensino passou a funcionar com classes especiais e oficinas pedagógicas em prédio anexo à Abae.

Em 20 de janeiro de 1966, o instituto foi colocado sob responsabilidade da Abae mediante a assinatura de convênio entre seus dirigentes e o secretário estadual de educação, Bonifácio José Tamm de Andrada. O acordo formalizou o financiamento do instituto com recursos estaduais e garantiu a adjução de cinco professoras e uma coordenadora pedagógica, que haviam acompanhado cursos intensivos no Instituto Superior de Educação Rural, em Ibirité (Drumond, 2015). Essas profissionais desenvolviam um programa de “ortopedia mental” para a aquisição de hábitos sociais e cotidianos e o aperfeiçoamento dos sentidos, bem como transmitiam conteúdos básicos de aritmética, estudos sociais, ciências e artes, baseando-se em princípios de educação emendativa propostos por Helena Antipoff e Alice Descoedres (Drumond, 2015).

O Instituto Maria do Rosário atendia 35 alunos distribuídos em cinco classes, sendo: “(...) uma classe para deficiente mental profundo; duas classes para surdos-mudos e duas classes para deficientes mentais escolarizáveis” (Drumond, 2015, p. 113). Em 1968, o número de matriculados já passava de 120, organizados em doze turmas. Eram pessoas de 3 a 21 anos com diferentes diagnósticos (em termos da época, dislalia,

epilepsia, hidrocefalia, mongolismo<sup>10</sup>, oligofrenia, retardo mental e surdez) (Drumond, 2015). É bastante provável que a seleção de alunos e a organização dessas classes especiais acontecesse mediante exames médicos, testes de nível mental e avaliações de escolaridade exigidas pela Portaria nº 81 da Secretaria de Educação (Machado, 1985).

Ainda em consideração ao direito de escolarização de excepcionais, a Lei estadual nº 12.660 criou a Escola Primária junto ao Centro de Recuperação Neurológica da Abae, em 12 de maio de 1970 (Savassi, 1991). De acordo com Drumond (2015), essa escola primária era formada pelas duas classes clínicas de crianças e adolescentes que frequentavam a Abae para o exercício de atividades de vida diária, a educação percepto-sensorial e o cumprimento de currículo baseado no ensino de informações do cotidiano. A unidade escolar funcionou no prédio da associação barbacenense até a conclusão de sua sede própria, sendo que o governo estadual subsidiava seu funcionamento por meio do pagamento de despesas ordinárias e adjução de professoras especializadas pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep), no Rio de Janeiro (Drumond, 2015). Destaca-se que essa unidade escolar parece cumprir os mesmos objetivos do Instituto Maria do Rosário, mas a literatura acadêmica e os documentos analisados para este artigo não evidenciam os interesses que motivaram a duplicidade de instituições<sup>11</sup>.

Em 1971, a Lei Federal nº 5.692 modificou a organização do ensino público brasileiro, que passou a prever que pessoas com “(...) deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados que deverão receber tratamento especial” (Lei nº 5.692, 1971). Em Minas Gerais, a Resolução nº 51/1970 já havia substituído a expressão “ensino emendativo” por “ensino especial” na legislação estadual, mas ainda manteve as normas de classificação psicopedagógica e o agrupamento dos estudantes (Machado, 1985, p. 19).

A Abae passou a ser presidida por Márcio Sollero e Ítalo Sogno no início dos anos 1970. Eles empreenderam a reorganização de seus setores e incentivaram

10 Na época, essa expressão era utilizada para caracterizar pessoas com T21 ou síndrome de Down.

11 Para saber mais, sugere-se a leitura dos verbetes *Associação Barbacenense de Assistência aos Excepcionais (1932-1999)*, *Escola Primária junto ao Centro de Recuperação Neurológica da Abae (1970-1974)* e *Instituto da Criança Excepcional Maria do Rosário (1965-1976)*, disponíveis no *Portal Pioneiros da Educação Especial no Brasil* (<https://www.portalpioneiros.fae.ufmg.br>).

a realização de oficinas de atividades manuais e artesanais, com vistas a promover reabilitação e integração social da pessoa excepcional mediante a educação e o trabalho. Devido ao incremento do número de assistidos, as instalações e a equipe de profissionais de assistência jurídico-social, educação e saúde da entidade foram ampliadas com recursos do Centro Nacional de Educação Especial (Cenesp).

Diante disso, pode-se afirmar que a Abae reunia a maior parte das ações voltadas para a assistência a educandos com problemas infanto-juvenis relativos a deficiências e dificuldades escolares entre as décadas de 1960 e 1970. Essa associação e as escolas especiais apresentadas mantiveram estreitas relações para a promoção de serviços psicológicos e a escolarização para excepcionais da cidade e da região. Resta saber quem eram as pessoas atendidas e os motivos pelos quais eram encaminhadas para essa entidade – problemas que serão respondidos adiante.

## Método

Este artigo apresenta uma pesquisa qualitativa de caráter documental. De acordo com Pimentel (2001), esse método de investigação exige atenção, paciência e tempo de quem faz a investigação para recolher e analisar as fontes primárias pertinentes a seu interesse. Os documentos (escritos ou não) trazem vestígios de ações de indivíduos e grupos e permitem acessar informações relativas a diferentes eventos e contextos sociais (Barros, 2019; Marconi & Lakatos, 2006). Desse modo, as principais técnicas para a identificação de informações significativas são a leitura e a análise acurada e cuidadosa dos documentos recolhidos (Lima & Miotto, 2007).

Para não incorrer em uma leitura anacrônica, deve-se considerar o contexto de produção das fontes e evitar lê-las à luz de conceitos e critérios contemporâneos. Esta pesquisa se dedicou aos prontuários psicológicos porque eles permitem conhecer tanto a disseminação de conhecimentos especializados quanto o passado da psicologia como categoria profissional. Nos resultados, procurou-se manter as terminologias e o jargão profissional da época. Ao optar pelo uso de expressões presentes nos documentos, procura-se pôr o leitor em contato mais próximo com o contexto e as intencionalidades com que esses registros foram produzidos. Desse modo, substituir (ou atualizar) as expressões implicaria anular o valor documental da

fonte estudada. Em nenhuma hipótese, essa estratégia metodológica deve ser compreendida como expressão de preconceito ou de desvalorização das pessoas com deficiência e outros públicos então assistidos pela Abae.

Esta pesquisa aconteceu em etapas articuladas e complementares entre si, quais sejam: a coleta e organização dos prontuários; a leitura e tabulação das informações; a sistematização de categorias de análise. A coleta de prontuários foi feita pessoalmente junto ao arquivo permanente da Apae de Barbacena. Ali, os documentos estavam dispostos em ordem alfabética, exigindo a identificação e a coleta manual das fontes produzidas ao longo do recorte temporal investigado. Embora este artigo se ocupe da primeira década de funcionamento da instituição, o documento mais antigo encontrado data apenas de 1968. Ao final dessa etapa, foram recolhidos 142 prontuários produzidos entre 1968 e 1971.

Para facilitar o acesso às informações, as capas dos prontuários foram fotografadas e organizadas em pastas digitais conforme a cronologia de cada fonte primária. O acesso restrito aos arquivos garantiu o rigor ético da pesquisa. Optou-se por se analisar apenas as capas devido a variedade de documentos acumulados (por exemplo, folhas de teste, desenhos, sínteses de entrevista, comunicados etc.) e formas de anotação. As capas registravam a profissional responsável pelo estudo de caso<sup>12</sup>, dados sobre a pessoa assistida (nome, data e cidade de nascimento, idade cronológica, nomes do pai e da mãe, endereço residencial e escola) e informações sobre sua trajetória (encaminhamento, motivo da consulta, técnicas aplicadas e datas de inscrição, início e conclusão).

Em seguida, procedeu-se à leitura seletiva e criteriosa de cada documento, que possibilitou a tabulação das informações registradas nos diversos campos do prontuário e o amplo reconhecimento do material acumulado. Dado o interesse pela caracterização do público atendido pela instituição, cada um dos campos referentes à pessoa assistida delimitou as categorias de análise. Foram construídas duas planilhas baseadas em similaridades, disparidades e procedeu-se ao reagrupamento dos dados: a primeira caracterizava a

12 As assinaturas presentes nos prontuários dão conta que os estudos de caso eram realizados pela orientadora educacional Balduino Senra Delgado e pela psicóloga Maria Lygia Rodrigues Leão. Vale ressaltar a aparente indiferenciação entre as práticas de psicólogos e orientadores educacionais, que se deve à então recente regulamentação dessas profissões.

clientela atendida por meio do número do prontuário, nome e data de nascimento da pessoa assistida; outra detalhava os problemas infanto-juvenis atendidos pela entidade barbacenense.

Ainda que nem todos os prontuários trouxessem as informações devidamente registradas, realizou-se a descrição de informações sociodemográficas, percurso de escolarização e histórico do caso mediante a leitura, releitura e cotejamento dos documentos. Essa sistematização se articulou à revisão bibliográfica sobre a relação entre psicologia e educação no período (Antunes, 2012; Barbosa, 2012; Borges & Campos, 2018; Machado, 1985), bem como a leitura de pesquisas a respeito da instituição barbacenense (Drumond, 2015; Drumond & Vidigal, 2018). Essa estratégia se mostrou indispensável para o cotejamento das fontes documentais, evitando que fossem lidos de maneira descontextualizada.

## Resultados e discussão

As subseções a seguir apresentam os resultados produzidos a partir da análise das capas dos prontuários.

### Ano de nascimento e idade cronológica

Dois campos dos prontuários concernem a características etárias da população atendida, quais sejam: a data de nascimento e a idade cronológica. Em relação ao ano de nascimento, foram encontrados prontuários de pessoas nascidas entre 1945 e 1969, sendo o ano de 1958 aquele de maior número de registros (20, no total). Cada um dos anos de 1945, 1948, 1951,

1968 e 1969 contabilizou apenas um nascimento. Foram identificadas duas pessoas nascidas em 1950; três em 1952, 1954, 1966 e 1967; quatro em 1964; cinco em 1960; seis em 1955, 1963 e 1965 e oito em 1959. Além de 1958, quatro períodos anotaram mais de uma dezena de nascimentos, sendo 1956, 1957, 1961 e 1962 com doze, quinze, onze e dez pessoas, respectivamente. Cinco prontuários não registraram a data de nascimento.

Por ocasião da inscrição na entidade, a média etária geral das pessoas assistidas era de 10,8 anos, sendo de 11,3 para meninos e 10,6 para meninas. Ainda que não seja possível analisar a relação entre média etária, sexo e ano de inscrição, pois nem todos os prontuários apresentam data de inscrição da pessoa na instituição, nota-se que o público atendido era predominantemente formado de crianças e adolescentes em idade escolar. A relação entre média etária e sexo pode ser observada na tabela abaixo:

Esta análise exemplifica que a separação entre as crianças ditas normais e aquelas com deficiências e/ou problemas de aprendizagem acontecia com enfoque sobre o aluno (Barbosa, 2012). A estratégia de classificação de crianças não necessariamente produzia reflexões a respeito das práticas pedagógicas e da organização das instituições de ensino, compreendendo as queixas psicológicas e escolares como problemas individuais (Antunes, 2003).

Tabela 1  
*Relação entre ano, média etária e sexo das pessoas assistidas*

Ano	Média etária geral (em anos)	Média etária (em anos)
1960	11,0	Masculino: 11,9 Feminino: 10,2
1968	10,8	Masculino: 11,2 Feminino: 11,1
1969	8,4	Masculino: 9,0 Feminino: 9,3
1970	10,3	Masculino: 9,9 Feminino: 11,0
1971	11,9	Masculino: 12,3 Feminino: 11,7
1972	6,3	Masculino: 6,3 Feminino: –

## Cidades de nascimento e de residência

Em relação aos municípios de nascimento das pessoas assistidas pela Abae, Barbacena se destaca entre as cidades listadas com 64 menções<sup>13</sup>. Demonstrando seu alcance regional, os prontuários apontam que a entidade barbacense atendia municípios das mesorregiões mineiras do Campo das Vertentes (Antônio Carlos, Carandaí, Desterro do Melo, Dolores de Campos, Prados, São João del-Rei, Senhora dos Remédios e Tiradentes) e da Zona da Mata (Alto Rio Doce, Cipotânea, Juiz de Fora, Oliveira Fortes, Santos Dumont e Ubá). Também há prontuários de pessoas nascidas em Belo Horizonte e Santana dos Montes, na região metropolitana da capital mineira. Além de localidades de Minas Gerais, foram atendidas pessoas provenientes de outros estados do Sudeste brasileiro, tais como a capital de São Paulo; Gurigica de Dentro, no Espírito Santo, e Maricá, Niterói e Resende, no estado do Rio de Janeiro. Existia ainda uma pessoa natural de Formosa, em Goiás.

Barbacena é igualmente a cidade com maior número de assistidos residentes ao longo do período analisado. Os outros municípios elencados se localizam nas mesorregiões mineiras já mencionadas, sendo: Dolores de Campos, Ritápolis, São João del-Rei e Tiradentes, do Campo das Vertentes; Alto Rio Doce e Santos Dumont, da Zona da Mata; Belo Horizonte e Conselheiro Lafaiete, na região metropolitana. Ressalta-se a cidade de Tumiritinga, na mesorregião mineira do Vale do Rio Doce. Formosa é o único município fora de Minas Gerais listado como cidade de residência de uma das pessoas atendidas. Dessa maneira, uma parte significativa da clientela da entidade barbacense se deslocava para ser atendida.

A diversidade de localidades de nascimento e de residência das pessoas atendidas pela Abae mostra o alcance regional da assistência ali prestada. Desse modo, sua criação parece ter sido uma iniciativa pioneira nas mesorregiões do Campo das Vertentes e da Zona da Mata, visto que parcela significativa do público assistido pela instituição barbacense vinha de municípios onde Apaes foram fundadas apenas na segunda metade da década de 1960 (por exemplo,

São João del-Rei, em 1967; Juiz de Fora, em 1968, e Santos Dumont, em 1969) e início dos anos 1970 (Ubá, em 1972)<sup>14</sup>.

## Instituições de ensino

Os prontuários mostram que a maior parte das crianças e adolescentes assistidos pela Abae estava matriculada em alguma instituição de ensino da cidade. No período, a Lei Federal nº 4.024/1961 instituiu o sistema de ensino brasileiro em dois graus: primário e médio. As crianças de até sete anos acompanhavam a educação pré-primária em jardins de infância ou em escolas maternais, sendo encaminhadas para as quatro séries anuais do ensino primário (Lei nº 4.024, 1961). Por sua vez, o ensino médio era cumprido em dois ciclos – ginásial e colegial – e objetivava a formação do adolescente. Essa lei também dispunha que a educação de excepcionais deveria, no que fosse possível, “(...) enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade” (Lei nº 4.024, 1961).

Dentre as instituições de educação, os prontuários listam: jardins de infância, sem maior detalhamento (2) e o Centro Educacional Barbacense (1), de ensino pré-primário; o Grupo Escolar Adelaide Bias Fortes (8), o Grupo Escolar Amílcar Savassi (8), o Grupo Escolar Henrique Diniz (1), o Grupo Escolar José Moreira dos Santos (2), o Grupo Escolar Padre Mestre Corrêa de Almeida (2), o Grupo Escolar Pio XI (4) e o Grupo Escolar Sena Figueiredo (1), de ensino primário. O grupo escolar era então o principal modelo urbano de organização escolar, ao se fundamentar na racionalização administrativa e pedagógica dos processos de ensino mediante a seriação de classes. Também foi encontrado o prontuário de uma criança que acompanhava aulas particulares de nível primário. Os adolescentes estavam matriculados no Colégio Estadual Professor Soares Ferreira (1), Ginásio Sete de Setembro (1), Colégio Crispim Jacques Bias Fortes (2), Colégio Imaculada Conceição (3) e Colégio São José (1), onde cumpriam o curso secundário ginásial. O conjunto de instituições explicita que o público atendido estava matriculado principalmente na rede de educação pública mantida pelo governo estadual.

14 Dentre as cidades listadas, algumas delas criaram suas Apaes durante as décadas de 1990 (tais como Prados, Dolores de Campos, Ritápolis e Tiradentes) e de 2000 (por exemplo, Carandaí, Alto Rio Doce e Cipotânea).

13 Do total de prontuários analisados, 37 não registraram a cidade de nascimento.

Destacam-se os prontuários em que as classes clínicas da Abae (4) ou apenas Abae (19) e o Instituto Maria do Rosário (46) foram referenciados como a escola frequentada. Em instituições como a Abae, as classes clínicas e especiais eram um modelo de assistência e de educação disseminado em Minas Gerais desde as décadas de 1920 e 1930 sob influência do escolanovismo (Borges, Campos & Silva, 2020). Esta análise hipotetiza que, até o início dos anos 1960, as pessoas ditas excepcionais eram assistidas pelos hospitais psiquiátricos e, quando possível, escolarizadas em classes especiais existentes em grupos escolares da cidade. Depois da criação da Abae, algumas delas passaram a frequentar classes comuns e recebiam assistência médico-psicológica nessa entidade ou eram matriculadas em classes clínicas, onde aprendiam atividades da vida diária e desenvolviam capacidades sensorceptuais (Drumond, 2015). Nessa direção, vale informar a existência do prontuário de uma criança que ia ao Grupo Escolar Adelaide Bias Fortes e à Abae. No que diz respeito à relação entre faixa etária e instituição de ensino, parece que as crianças com menos de sete anos eram acolhidas nas classes clínicas da Abae enquanto os adolescentes mais velhos e os adultos eram direcionados para o Instituto Maria do Rosário. Outras pesquisas poderão explicitar a relação entre essas entidades ao longo de suas trajetórias.

Do total de prontuários, 26 não registraram nome de instituição de ensino. Não se pode afirmar

que eles se referem a pessoas que não estavam matriculadas em escolas – por estarem fora da idade escolar, por exemplo – ou se a informação foi propositalmente omitida quando do preenchimento do documento.

### Motivos de consulta

Os prontuários documentam que as pessoas eram levadas à Abae por distintas razões. Para descrevê-las, apresentam-se as seguintes subcategorias: características psicológicas da pessoa assistida; problemas apresentados em ambiente escolar; problemas apresentados em ambiente familiar; problemas de origem médico-biológica não ligados ao ambiente e outras motivações. Essas categorias indicam que os motivos estavam diretamente relacionados com a avaliação de normalidade e desajustamento do público atendido a partir de critérios antecipadamente estabelecidos. Vale informar que foram encontrados prontuários em que o motivo da consulta não foi devidamente registrado, bem como que um mesmo prontuário pode contar com mais de um motivo relatado. A tabela abaixo sintetiza as categorias de motivos de consulta:

As características psicológicas foram o principal motivo de consulta identificado na documentação analisada, estando presente em 99 prontuários. As queixas concerniam a diferentes faculdades psicológicas, a saber: atenção, emoção, linguagem e motricidade. Três indivíduos foram descritos como de “atenção dispersa”,

Tabela 2  
*Motivos de consulta e respectiva quantidade de prontuários*

<b>Categoria</b>	<b>Motivos de consulta</b>	<b>Quantidade de prontuários</b>
Características psicológicas da pessoa assistida	Atenção	3
	Emoção	10
	Linguagem	13
	Motricidade	8
	Nível Mental	65
Problemas apresentados em ambiente escolar	Aprendizagem escolar	17
	Conduta e/ou comportamento na escola	8
	Orientação Educacional e/ou Orientação Psicopedagógica	34
Problemas apresentados em ambiente familiar	Conduta e/ou comportamento em ambiente familiar	5
	Desajustamento	1
Problemas de origem médico-biológica não ligados ao ambiente	Motivos genéticos	3
	Motivos neurológicos	2
	Problemas visuais	1
Sem registro	–	23
Outro	Internamento na Febem	1

“inquieto” e “menina muito lenta”. Dez pessoas foram atendidas por conta de aspectos afetivo-emocionais indicados pelas expressões: [menina] “chorona”, [menino] “muito nervoso”, agressividade, instabilidade e mania. Treze foram encaminhados por problemas de linguagem não diretamente originados por deficiências físicas. Eles apresentavam “defeito de pronúncia”, “dislalia”, “pouca compreensão”, “problemas de fala” ou eram “surdo-mudos” e “não falavam muito bem”. Os problemas motores motivaram a consulta de oito pessoas, que “não anda[vam]” ou “não anda[vam] direito”, “não assenta[vam]” e tinham “dificuldade de andar”. O nível mental aparece como o motivo de consulta mais frequente, tendo sido registrado em 65 prontuários, corroborando o entendimento de que o desenvolvimento da inteligência era temática importante para os debates entre psicologia e educação em meados do século passado (Barbosa, 2012).

Outro conjunto de prontuários anotou que a entidade barbacense também acolhia crianças e adolescentes com problemas de aprendizagem (17) e conduta e/ou comportamento (8) em ambiente escolar. Alguns documentos registraram genericamente a necessidade de orientação – educacional ou psicopedagógica (34).

Havia crianças com dificuldades na escrita (por exemplo, “escrita em espelho”) ou na leitura (“dificuldade de aprender a ler”, “dificuldade para leitura”, “não aprend[iam] a ler”, “não consegu[iam] aprender a ler”) e com desempenho escolar insatisfatório (“atraso escolar”, “pouco rendimento escolar” e “repetiu três anos”). Alguns prontuários não especificaram os problemas apresentados, tal como em: “dificuldade de aprender”, “dificuldade de aprendizagem” e “dificuldade nos estudos”. Nota-se que os problemas de aprendizagem da leitura ou da língua e o desajustamento entre idade cronológica e ano escolar eram atribuídos a aspectos psicológicos, sem qualquer menção às práticas pedagógico-escolares a que o público atendido estava inserido. Assim, os prontuários registram a formulação de perspectiva individualizante de motivos de consulta, que caracterizam uma “psicologia do escolar” (Barbosa, 2012, p. 106).

Existiam também os problemas relativos a conduta e/ou comportamento descritos como desinteresse (“desinteresse no grupo escolar” e “muito distraído”), desajustamento (“desajustamento escolar”) e questões disciplinares (“tem tido crises agressivas contra colegas menores”, “problemas de conduta” e “problema

escolar”). Portanto, a Abae não era destinada apenas a pessoas excepcionais, mas recebia crianças e adolescentes que não se adequavam às expectativas de família e escola. Essa constatação corrobora o fato de que as concepções de desenvolvimento normal e comportamento ajustado eram temáticas relevantes no contexto histórico em que os prontuários foram produzidos. Vale lembrar também que a Lei nº 4.119/1962 listava a solução de problemas de ajustamento como uma das funções privativas do psicólogo (Lei nº 4.119, 1962).

Os problemas de ajustamento não se restringiam à escola, mas também alcançavam o meio familiar: casos de pessoas com “conduta difícil”, “criador[es] de problemas”, com “dificuldade de socializar-se” ou “problema de conduta” em casa foram relatados em seis prontuários. Outros documentos anotaram “desajustamento familiar”, expressão genérica que pode se referir tanto ao indivíduo quanto ao modelo de organização familiar de que participava. Embora não tenham sido percebidos indícios documentais suficientes para definir precisamente o motivo da consulta, 34 prontuários evidenciam que a clientela foi encaminhada para práticas de orientação educacional e orientação psicopedagógica.

As deficiências físicas e outros problemas de saúde foram listados em 36 prontuários, sendo aqui resumidos em aspectos médico-biológicos. Dentre os motivos, estão problemas neurológicos (“convulsões”) e relativos à visão (“estrabismo”, “problema de visão”, “vista”, “tomba a cabeça para o lado esquerdo [quando lê]”) e síndromes genéticas (“mongolismo” ou [pessoa] “mongoloide<sup>15</sup>”).

Destaca-se o prontuário de um adolescente que foi encaminhado por causa de seu “internamento pela Febem”. Esse documento permite hipotetizar que a Abae realizava avaliação psicológica de internos do Instituto de Assistência Social e Estudos Psicopatológicos de Barbacena, uma instituição estadual criada para a recuperação e a ressocialização de “menores infratores” vinculada à Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor (Febem) (Dias, 2015).

Em 23 prontuários, o campo motivo de consulta não foi devidamente preenchido.

15 Na época, essas expressões eram utilizadas para caracterizar pessoas com T21 ou síndrome de Down.

## Origem do encaminhamento

Embora não existisse padronização<sup>16</sup> para registrar a origem de encaminhamento, os que foram preenchidos (81, no total) podem ser agrupados em: encaminhamento institucional; de profissionais de saúde; de familiares; e não-identificados ou não-registrados. Essas informações permitem identificar as relações que a Abae estabelecia com outras instituições de Barbacena e as cidades da região, bem como delinear as trajetórias percorridas pelas pessoas atendidas até chegarem a um serviço especializado. É importante sublinhar que este artigo não se dedicou ao estudo do acompanhamento e intervenções profissionais prestados pela entidade barbacenense, pois nem sempre essas informações estavam registradas nas capas dos prontuários. Outras pesquisas poderão se dedicar aos documentos (por exemplo, folhas de teste, desenhos, sínteses de entrevista, comunicados etc.) reunidos em cada prontuário com esse enfoque investigativo. A tabela abaixo resume tais informações:

Tabela 3  
*Origem do encaminhamento  
e respectiva quantidade de prontuários*

Origem	Quantidade de prontuários
Instituições (escolas, Abae, assistente social)	58
Profissionais de saúde (médico, enfermeiro, fisioterapeuta)	6
Família (mãe, pai, tia, pessoas amigas)	17
Não-identificado	50

Em Barbacena, as pessoas excepcionais eram objeto de interesse dos campos educacional, jurídico e caritativo-assistencial. De acordo com os prontuários, as instituições podem ser classificadas como entidades de assistência social e religiosa (3); órgãos relativos ao sistema judiciário (2) e instituições de ensino (15). Nem sempre as entidades foram apropriadamente nomeadas, tendo sido registradas pelo nome do responsável

16 Do conjunto total de prontuários, 49 não apresentaram a origem do encaminhamento seja por deixarem o campo em branco ou por anotarem uma expressão que dizia respeito ao motivo da consulta (por exemplo, “visão cruzada”).

pelo encaminhamento: a própria Abae (38), as entidades de assistência social (2), o juizado de menores (2) e um padre católico (1). Em relação às instituições de ensino, estiveram o Instituto Maria do Rosário e o Grupo Escolar Adelaide Bias Fortes. Houve outras menções a professoras, tais como “a professora Dona Dulce Maria Dane” ou “a professora Maria Antônia”.

Os poucos encaminhamentos médicos – do conjunto de prontuários analisados, apenas cinco – permitem afirmar que o Serviço de Orientação Psicopedagógica não mantinha relação estreita com queixas de origem médica, que provavelmente ficavam sem atendimento especializado ou eram acolhidas em hospitais psiquiátricos da cidade. Dentre os profissionais de saúde, destacavam-se o nome de médicos: seis prontuários mencionaram o psiquiatra Ronaldo Simões Coelho, de São João del-Rei, e outros três documentos referenciaram o pediatra Rubens Gomes Crespo. Além desses profissionais, um encaminhamento foi feito pelo “doutor Ângelo, enfermeiro em Barbacena ([que] a mãe conheceu em uma viagem)” e outros profissionais, tais como técnicos de enfermagem e fisioterapeutas.

Outra subcategoria de análise se refere aos familiares de pessoas assistidas, destacando-se especialmente as mães e os pais (sete ocorrências) e outros parentes (por exemplo, as tias foram citadas em dois prontuários). Também foram encontrados encaminhamentos relativos a pessoas próximas a usuários, registrados com a expressão “pessoas amigas”. 50 prontuários não anotaram a origem do encaminhamento.

## Considerações finais

Esta pesquisa exemplifica os papéis cumpridos pela psicologia junto à educação especial em período imediatamente posterior à sua regulamentação profissional no país. Ela documenta a expansão do movimento apaeano no interior de Minas Gerais e o estabelecimento de um ambiente favorável para a aplicação de conhecimento psicológico, a fim de promover a educação e a assistência a excepcionais. Para tanto, o artigo descreve o público assistido pela Abae, apresentando os objetivos cumpridos e as relações que a entidade estabeleceu com a comunidade local durante sua primeira década de funcionamento – contexto ainda pouco estudado pela literatura acadêmica sobre Excepcionais (Drumond, 2015; Oliveira, Dornelas, Nogueira & Batista, 2024).

Em consonância com os valores científico-profissionais do período, a Abae realizava a avaliação de normalidade e desajustamento de crianças e adolescentes. Nesse sentido, o nível mental (e outras características intraindividuais) e os problemas manifestados em ambiente escolar foram a principal justificativa dessas avaliações, marcadas pelo uso de expressões diagnósticas, que estigmatizavam o desenvolvimento e a conduta dessa clientela e popularizavam negativamente os saberes médico-psicológicos. Depois de diagnosticadas, essas pessoas eram acompanhadas em classes clínicas e integradas em grupos escolares<sup>17</sup>.

De igual modo, esta investigação também mostra as similaridades entre práticas psicológicas e de orientação psicopedagógica empreendidas no período. Nesse caso, parece não haver distinção entre práticas profissionais relativas ao desenvolvimento humano (normal e patológico) e os problemas escolares. Essa questão poderá ser investigada em trabalhos posteriores.

A Abae se colocava como alternativa de assistência e escolarização de pessoas excepcionais em relação a práticas caritativo-religiosas e ao tratamento psiquiátrico, que predominavam em Barbacena. Devido à precariedade dos serviços oferecidos até então, a assistência ali prestada alcançava outras cidades do Campo das Vertentes e da Zona da Mata, consolidando a entidade como um centro especializado de alcance regional.

Percebe-se também o aumento gradual do número de pessoas assistidas pela Abae a cada ano do período investigado. Ao sintetizar as informações apresentadas neste estudo, o público recebido era predominantemente composto de crianças do sexo masculino, entre 10 e 11 anos de idade, nascidas e residentes em Barbacena. Esses meninos estavam matriculados em escolas públicas estaduais, nas quais cursavam o ensino primário. Nos prontuários analisados, não foram encontradas quaisquer menções a informações étnico-raciais, indicando que tais características não eram consideradas no estudo de caso. Desse modo,

<sup>17</sup> Vale registrar que o acompanhamento feito às pessoas assistidas pela Abae não foi apropriadamente mencionado nas capas dos prontuários. Nesse caso, seria necessária a realização de novas pesquisas que analisem o conteúdo (folhas de teste, entrevistas, sínteses de atendimentos, etc.) presente no interior de cada prontuário.

demonstra-se que esse marcador social da diferença não era tematizado na avaliação psicológica de situações-problema de âmbito escolar.

Do ponto de vista metodológico, este artigo se baseou na importância de prontuários psicológicos como documentos pertinentes para a pesquisa histórica. Para analisá-los, deve-se cuidar de compreender as formas de registro em seu contexto de produção, uma vez que nem sempre estão padronizadas ou rapidamente discerníveis. Por exemplo, este estudo não pôde identificar o tempo médio de acompanhamento da pessoa na Abae, pois os prontuários não registraram devidamente a data de conclusão do caso, mesmo que houvesse um campo específico para essa informação.

Finalmente, permanecem como temas a serem investigados: (a) o funcionamento da Abae mediante o estudo de documentos administrativos e outras fontes primárias arquivadas na Apae de Barbacena, construindo-se uma história de enfoque institucional; (b) a atuação de dirigentes da Abae em favor da criação de associações similares em outras cidades mineiras, tal como Juiz de Fora; e (c) em consideração que o prontuário psicológico mais antigo encontrado tenha sido datado em 1968, permanece como hipótese a afirmação de que os primeiros casos da entidade barbacense tenham sido inicialmente avaliados no Instituto de Psicologia e Pedagogia, em São João del-Rei. Outras pesquisas poderão se dedicar ao estudo da circulação regional de conhecimento e práticas psicológicas destinadas a pessoas excepcionais, ampliando a compreensão sobre a consolidação da psicologia em período da psicologia profissional.

## Referências

- Alvarenga, L. T. (2007). Estratégias na reforma psiquiátrica no município de Barbacena: a cooperação entre gestor público e o terceiro setor. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 14(2), 571-593. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702007000200010>
- Antunes, M. A. M. (2003). Psicologia e Educação no Brasil: um olhar histórico-crítico. In M. E. M. Meira, & M. A. M. Antunes (Orgs.). *Psicologia Escolar: teorias críticas* (pp. 139-168). Casa do Psicólogo.
- Antunes, M. A. M. (2006). A consolidação da psicologia no Brasil (1930-1962): sistematização de dados e algumas aproximações analíticas. *Psicologia da Educação*, 22, 79-94.
- Antunes, M. A. M. (2012). *A psicologia no Brasil: leitura histórica sobre sua constituição* (5ª ed.). Educ.

- Arbex, D. (2013). *Holocausto brasileiro*. Geração Editorial.
- Assumpção Júnior, F. B. (1995). *Psiquiatria infantil brasileira: um esboço histórico*. Lemos.
- Barbosa, D. R. (2012). Contribuições para a construção da historiografia da Psicologia Escolar e Educacional no Brasil. *Psicologia: ciência e profissão*, 32(num. esp.), 104-123. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000500008>
- Barros, J. C. A. (2019). *Fontes históricas: introdução aos usos historiográficos*. Vozes.
- Batista, R. L. L. (2022). *Para orientar a juventude: a construção de um projeto salesiano de Psicologia Escolar e Educacional*. Appris.
- Batista, R. L. L., Nogueira, I. C. C., & Lima, D. A. C. (2023). De normalistas a psicólogas: apontamentos históricos acerca da profissionalização da psicologia em São João del-Rei. In F. M. S. Souza (Org.). *Psicologia no Brasil: questões formativas, históricas, profissionais e sociais* (pp. 91-122). Paco Editorial.
- Borges, A. A. P., & Campos, R. H. F. (2018). A escolarização de alunos com deficiência em Minas Gerais: das classes especiais à educação inclusiva. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 24, 69-84. <https://doi.org/10.1590/S1413-65382418000400006>
- Borges, A. A. P., Campos, R. H. F., & Silva, P. V. R. (Orgs.) (2020). *Três fases da educação especial em Minas Gerais: um resgate iconográfico*. UFMG/FaE. <https://lappee.fae.ufmg.br/3-fases-da-educacao-especial-em-minas-gerais-um-resgate-iconografico/>
- Degani-Carneiro, F., & Jacó-Vilela, A. M. (2012). O cuidado com a infância e sua importância para a constituição da psicologia no Brasil. *Interamerican Journal of Psychology*, 46(1), 159-169. <https://doi.org/10.30849/rip/ijp.v46i1.193>
- Dias, F. W. S. (2015). A assistência psiquiátrica no Brasil e em Minas Gerais: a infância e a adolescência numa perspectiva manicomial. *Tempos Gerais*, 4(2), 27-46. <https://seer.ufsj.edu.br/temposgerais/article/view/1432>
- Domingues, S. (2011). *O conceito de excepcional na obra de Helena Antipoff: diagnóstico, intervenções e suas relações com a educação inclusiva*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais]. Repositório Institucional da UFMG. <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-8MAJ69>
- Drumond, A. C. (2015). *A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Barbacena e o atendimento às pessoas com síndrome de Down (1962-1976): diálogos com pestalozzianos*. [Tese de Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais]. Repositório Institucional da UFMG. <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-A3N4>
- Drumond, A. C., & Vidigal, A. D. D. (2018, 23 de abril). *A Apae de Barbacena no contexto histórico: questionário referente à assistência ao excepcional em Minas Gerais* [Apresentação de comunicação]. XXXVI Encontro Anual Helena Antipoff e II Colóquio de Pesquisa e Intervenção em Transtorno do Espectro do Autismo, Belo Horizonte. <https://cdpha.pro.br/wp-content/uploads/2020/09/BOLETIM-CDPHA-2018-N28.pdf>
- Duarte, M. N. (2009). *De “ares e luzes” a “inferno humano”: concepções psiquiátricas no Hospital Colônia de Barbacena (1946-1979)*. [Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense]. Repositório Institucional da UFF. <https://app.uff.br/riuff/handle/1/22318>
- Firmino, H. (2014). *Nos porões da loucura*. Ecológico.
- Giacaglia, L. R. A., & Penteado, W. M. A. (2015). *Orientação Educacional na prática: princípios, histórico, legislação e instrumentos* (6ª ed.). Cengage Learning.
- Jannuzzi, G. M., & Caiado, K. R. M. (2013). *Apae – 1954 a 2011: algumas reflexões*. Autores Associados.
- Kyrillos Neto, F., & Dunker, C. I. L. (2017). Depois do Holocausto: efeitos colaterais do Hospital Colônia em Barbacena. *Psicologia em Pesquisa*, 23(3), 952-974. <http://dx.doi.org/10.5752/P1678-9563.2017v23n3p952-974>
- Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. (1961, 20 de dezembro). Fixa as Diretrizes da Educação Nacional. Presidência da República. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4024.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm)
- Lei nº 2.610, de 8 de janeiro de 1962. (1962, 8 de janeiro). Contém o Código do Ensino Primário. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. <https://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-2610-1962-minas-gerais-contem-o-codigo-do-ensino-primario>
- Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962. (1962, 27 de agosto). Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. Presidência da República. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/l4119.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4119.htm)
- Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. (1971, 11 de agosto). Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Presidência da República. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5692.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm)

- Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. (2015, 6 de julho). Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Estatuto da Pessoa com Deficiência. Presidência da República. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)
- Lima, R. C. S., & Mioto, R. C. T. (2007). Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico. *Katálysis*, 10(num. esp.), 37-45. <https://doi.org/10.1590/S1414-49802007000300004>
- Machado, M. A. C. (1985). As classes especiais em Minas Gerais a partir de 1960. *Cadernos da Faculdade de Educação UFMG*, 1, 13-26.
- Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2006). *Fundamentos da metodologia científica* (6ª ed.). Atlas.
- Oliveira, E. H. M., Dornelas, G. V., Nogueira, I. C. C., & Batista, R. L. L. (2024). Psicologia, assistência e educação dos excepcionais em jornais de Barbacena (1962-1978). *Psicologia em Pesquisa*, 18(2), 1-31. <https://doi.org/10.34019/1982-1247.2024.v18.37836>
- Passos, I. C. F. (2009). *Loucura e sociedade: discursos, práticas e significações sociais*. Argvmentvm.
- Pereira, J., Duarte, M. D., & Santos, G. P. (2022). As crianças no Hospital Colônia Infantil de Oliveira, MG: uma história institucional (1931-1974). *Psicologia & Sociedade*, 34, 1-13. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2022v34256690>
- Petersen, L. M., Assis, R. M. (2017). Exercitar as funções psíquicas: ortopedia mental como método de ensino das classes especiais (1930). *Revista Brasileira de Educação Especial*, 23(1), 127-144. <https://doi.org/10.1590/S1413-65382317000100010>
- Pimentel, A. (2001). O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. *Cadernos de Pesquisa*, 114, 179-195. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742001000300008>
- Savassi, A. J. (1991). *Barbacena 200 anos*. Lemi.
- Scheffer, R. (1961). Serviço de Orientação Educacional. *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, 13(4), 43-47. <https://periodicos.fgv.br/abpt/article/view/14695>
- Servo, G. (1964). *Instituto de Psicologia e Pedagogia (1960-1964): cinco anos de atividades*. Faculdade Dom Bosco de Filosofia, Ciências e Letras.

Recebido em: 09 de jan. 2024.

Aprovado em: 03 de mar. 2024.

